



UESB/UESC - BA

Atendimento Pedagógico Domiciliar: ensino de matemática além dos muros da escola no Estado do Pará

GD2

Silvia Caroline Salgado Pena¹

Elielson Ribeiro de Sales²

Este estudo reflete acerca do ensino de matemática para indivíduos que por motivo de saúde não podem frequentar a escola. O Atendimento Pedagógico Domiciliar é vinculado à Secretaria de Educação do Estado do Pará, no setor de Classes Hospitalares. Neste modelo de educação o professor atende o aluno em domicílio, ou esteja ele em casas de passagem, casas de apoio, casas-lar e/ou outras estruturas de apoio da sociedade, dando continuidade aos conteúdos ministrados nas escolas ou até a terminalidade dos estudos caso o aluno não retorne, mas a frequentar a escola. O ensino de matemática em espaço não formais impulsiona o professor que ensina matemática a buscar um ensino que seja adequado e leve em conta a condição de enfermidade do aluno, sua sala de aula é de aluno, professor e seu ambiente familiar. A inspiração para a pesquisa foi na Educação Matemática Crítica, que busca no processo dialógico incentivar uma educação matemática transformadora para uma vida cidadã utilizando o tripé dos aspectos do diálogo: (1) realizar uma investigação; (2) correr riscos; e (3) promover a igualdade e como as qualidades dessas interações dialógicas fomentam a base para o ensino de matemática.

Palavras-chave: Ensino Ambientes Não Formais; Educação Matemática Crítica; Aluno Enfermo; Diálogo

Atendimento Pedagógico Domiciliar e as Políticas de Implementação

O Atendimento Pedagógico Domiciliara (APD) está diretamente ligado a Pedagogia Hospitalar ou Classe Hospitalar, sendo vinculada a enfermos que saídos de tratamentos em hospitais e impossibilitados de retornarem a suas classes regulares, não poderiam ficar sem escolarização.

Ao longo dos anos o Brasil desenvolveu políticas voltadas a implantação do APD em todo território nacional sendo a Resolução CNE/CEB N° 2, de 11 de setembro de 2001 que

¹ UFPA, silvia.pena@hotmail.com

² UFPA, esales@ufpa.br



II ENEMI

Encontro Nacional de Educação
Matemática Inclusiva



UESB/UESC - BA

foi fundamentada pelo Parecer CNE/CEB 17/2001 no qual apresenta o estudos para a educação especial, nela consta indicação do atendimento educacional fora do ambiente escolar,

O atendimento educacional especializado pode ocorrer fora de espaço escolar, sendo, nesses casos, certificada a freqüência do aluno mediante relatório do professor que o atende:

- a) Classe hospitalar: serviço destinado a prover, mediante atendimento especializado, a educação escolar a alunos impossibilitados de freqüentar as aulas em razão de tratamento de saúde que implique internação hospitalar ou atendimento ambulatorial.
- b) Ambiente domiciliar: serviço destinado a viabilizar, mediante atendimento especializado, a educação escolar de alunos que estejam impossibilitados de freqüentar as aulas em razão de tratamento de saúde que implique permanência prolongada em domicílio. (BRASIL/ CNE/CEB PARECER17/2001, p 23).

Com a apresentação favorável no parecer publicado em 17 de agosto de 2001, surge a Resolução CNE/CEB Nº 2 que Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, e em seu artigo 13.

Art. 13. Os sistemas de ensino, mediante ação integrada com os sistemas de saúde, devem organizar o atendimento educacional especializado a alunos impossibilitados de freqüentar as aulas em razão de tratamento de saúde que implique internação hospitalar, atendimento ambulatorial ou permanência prolongada em domicílio. (BRASIL/CNE/CEB RESOLUÇÃO Nº 2/2001, p 4).

O Brasil lançou em 2002 um documento que determina ações políticas de organização do sistema de atendimento educacional em ambientes hospitalares e domiciliares. Intitulado “Classe hospitalar e atendimento pedagógico domiciliar: estratégias e orientações” foi publicado pela Secretaria de Educação Especial. (SEESP) /Ministério Educação (MEC) contendo 35 páginas.

Segundo este documento

Denomina-se classe hospitalar o atendimento pedagógico-educacional que ocorre em ambientes de tratamento de saúde, seja na circunstância de internação, como tradicionalmente conhecida, seja na circunstância do atendimento em hospital-dia e hospital-semana ou em serviços de atenção integral à saúde mental. (BRASIL/MEC/SEESP, 2002, p. 13).

E Atendimento Pedagógico Domiciliar



II ENEMI

Encontro Nacional de Educação
Matemática Inclusiva



UESB/UESC - BA

(...)é o atendimento educacional que ocorre em ambiente domiciliar, decorrente de problema de saúde que impossibilite o educando de frequentar a escola ou esteja ele em casas de passagem, casas de apoio, casas-lar e/ou outras estruturas de apoio da sociedade. (BRASIL/MEC/SEESP, 2002, p. 13).

Para caracterização do ensino ser APD faz-se necessário que o aluno enfermo não possa frequentar uma escola, que esteja matriculado na rede pública e que seu tratamento requer um tempo mínimo de afastamento de seu processo de escolarização regular.

O ambiente domiciliar deve ser adaptado para a execução das atividades pedagógicas, com adequação de mobiliário e acessibilidade, possibilitando a igualdade de condições para o acesso ao conhecimento, assim como a continuidade do processo de escolarização. Sendo a competência para contratação de professores das secretarias estaduais, municipais e federais de cada ente federativo.

Dentre as estratégias indicadas pelo documento o professor,

“... deverá estar capacitado para trabalhar com a diversidade humana e diferentes vivências culturais, identificando as necessidades educacionais especiais dos educandos impedidos de frequentar a escola, definindo e implantando estratégias de flexibilização e adaptação curriculares. Deverá, ainda, propor os procedimentos didático-pedagógicos e as práticas alternativas necessárias ao processo ensino-aprendizagem dos alunos, bem como ter disponibilidade para o trabalho em equipe e o assessoramento às escolas quanto à inclusão dos educandos que estiverem afastados do sistema educacional, seja no seu retorno, seja para o seu ingresso. (BRASIL/MEC/SEESP, 2002, p. 22).

O professor do APD participa do cotidiano do aluno enfermo, estará próximo da intimidade da família, da rotina diária, do ambiente interno, de seus animais, de sua alimentação, das dificuldades enfrentadas e sucessos também, contudo o objetivo de sua permanência é o ensino e aprendizagem, e o foco deve ser direcionado para este fim. O professor fica próximo a segredos de família, porém o lidar ético como profissional capacitado para lidar com diferentes situações deve ser trabalhado, sem tornar-se um ser rígido em seus comportamentos e emoções.

A família exerce um papel de vital importância no processo de ensino-aprendizagem, nela está às primeiras informações do aluno, sua vida escolar, a dicas de como criar



II ENEMI

Encontro Nacional de Educação
Matemática Inclusiva



UESB/UESC - BA

mecanismos de aprendizagem, das principais dificuldades e fortalecimentos, da preparação do ambiente de estudo, do apoio para que o enfermo tenha estímulo ao dar continuidade aos estudos.

O Surgimento do APD no Estado do Pará

O estado do Pará apresenta duas resoluções que determinam o amparo legal para implementação de CHAD em seu território, essas embasadas pelas normativas nacionais sobre educação especial e no documento MEC/SEESP (2002), são as resoluções do Conselho Estadual de Educação (CEE) número 001 de 05 de janeiro de 2010 que dispõe sobre a regulamentação e a consolidação das normas estaduais e nacionais aplicáveis à Educação Básica no Sistema Estadual e a número 304 de 25 de maio de 2017, que altera a resolução 001/2010 e dá outros encaminhamentos referente a implantação de CHAD.

Como o APD encontra-se vinculado as classes hospitalares o surgimento no estado foi mediante convênio entre o Hospital Ophir Loyola (HOL), que possuía uma Classe Hospitalar ativa, segundo Saldanha (2012) deu-se início à escolarização hospitalar em 1993, com uma pedagoga do quadro do hospital, apesar o convênio firmado com o estado pela Secretaria de Educação do Estado do Pará (SEDUC) acontecer em 2002, “[...] no mês de dezembro de 2002, a implantação de um Convênio de Cooperação Técnica entre Secretaria de Estado de Educação e o Hospital Ophir Loyola [...]” (SALDANHA, 2012, p 32).

No ano de 2005 foi implantado o Anexo I da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Barão do Rio Branco como local da Classe Hospitalar e Atendimento Domiciliar no Estado do Pará, e assim o marco para os primeiros atendimentos em domicílio de alunos afastados das escolas por problema de saúde ou em tratamento prolongado, por Saldanha (2012) esse marco foi a Portaria 054/2005 da Secretaria Adjunta de Logística e Gestão Escolar (Sale) SEDUC/PA publicada em 25 de maio de 2005 pela Imprensa Oficial do Estado do Pará.



II ENEMI

Encontro Nacional de Educação
Matemática Inclusiva



UESB/UESC - BA

Em duas reportagens publicadas nos jornais on-line³ e uma na agência de notícias oficial do Governo do Estado do Pará no sítio www.agenciapara.com.br do dia 10 de fevereiro de 2020⁴ a Coordenadora do CHAD no Estado do Pará Fernanda Costa atualizou informações do programa, atualmente possui em torno de 600 alunos matriculados no programa CHAD na região metropolitana de Belém, distribuídos em seis instituições, sendo: os hospitais Fundação Santa Casa de Misericórdia, Oncológico Infantil Octávio Lobo, Hospital de Clínicas Gaspar Viana, Hospital Universitário João de Barros Barreto, Hospital de Urgência e Emergência Metropolitano, e o Abrigo João Paulo II, além de um hospital na cidade de Santarém o Hospital Regional Baixo Amazonas.

No ano de 2020 o programa de ensino domiciliar atende 15 alunos, que estão em tratamento médico, mas não precisam ficar internados em unidades de saúde. A equipe de professores trabalha por áreas de conhecimento, como Matemática, Biologia, Química, Língua Portuguesa e Artes.

Uma conquista no APD no Estado do Pará, município de Belém foi a aprovação no vestibular da UFPA/2020, no curso de Ciências Contábeis um aluno onde toda sua escolarização foi em domicílio, desde sua alfabetização até a conclusão do Ensino Médio culminando com seu mérito.

³ <https://www.diarioonline.com.br/noticias/para/559678/aluno-com-deficiencias-multiplas-e-que-estudava-em-casa-e-aprovado-na-ufpa>, acesso em 31 de janeiro de 2020 e <https://www.romanews.com.br/cidade/classe-hospitalar-garante-a-escolarizacao-de-alunos-em-tratamento/69269/>, acesso em 12 de fevereiro de 2020.

⁴ Link da reportagem <https://agenciapara.com.br/noticia/17842/> acesso em 11 de fevereiro de 2020



Figura 1 - Aluno APD em comemoração à aprovação vestibular UFPA-2020



Fonte - Agência Pará/Notícias-Publicado 10/02/2020, <https://agenciapara.com.br/noticia/17842/> acesso em 11 de fevereiro de 2020

Os alunos estão distribuídos em vários níveis de escolarização, em nível da disciplina de matemática, sendo um aluno no primeiro ano do ensino médio, um no segundo ano do ensino médio e um no preparatório para o ENEM.

APD e o processo de aprendizagem do aluno enfermo

O ensino-aprendizagem do aluno APD não para devido a sua enfermidade, ele continua estudando mesmo estando nesta condição, além de que continuar do estudo pode vir a favorecer a recuperação deste aluno, pois seu vínculo com a escola não foi encerrado, o que ocorre é uma alteração em seu formato de vinculação.

A esse respeito Cohen et al (2006) apud Lorente (2013), existe uma relação entre boa saúde e os resultados educacionais e a finalização com os estudos, além de existir uma relação bem estabelecida dentre o meio escolar e os resultados na melhoria da saúde. Esta relação de boa condição de saúde, resultados educacionais e a finalização dos estudos são extremamente importantes à vida educacional de um estudante.

Para Covic et al (2017) pessoas doentes enfrentam dificuldades no processo de aprendizagem iguais a estudantes com deficiência, como situações de discriminações, interrupções do ano escolar e o insucesso, faz-se necessário a manutenção da escolarização



II ENEMI

Encontro Nacional de Educação
Matemática Inclusiva



UESB/UESC - BA

afim de contribuir para a defasagem escolar como também para consolidar referenciais de identidade do estudante.

Nesse sentido em 1986 a Organização Mundial da Saúde (OMS) apresentou a Declaração de Alma que ficou conhecida como Carta de Ottawa, com iniciativas para promover a educação em saúde nas escolas. Onde educar para a saúde é uma condição para uma educação completa em saúde para todos.

PRÉ-REQUISITOS PARA A SAÚDE As condições e os recursos fundamentais para a saúde são: Paz – Habitação – Educação – Alimentação – Renda - ecossistema estável – recursos sustentáveis - justiça social e equidade O incremento nas condições de saúde requer uma base sólida nestes pré-requisitos básicos. (CARTA DE OTTAWA, OMS, 1986)

As inúmeras interrupções de seu ensino para atender o tratamento de saúde, o debilita física, emocionalmente e em sua escolarização, pois perde conteúdos que fragilizam o aprendizado em Matemática e no ensino geral. O professor APD necessita pensar em um ensino-aprendizagem voltado a esses fatores além de preparação para a vida social, para Salla (2017).

A observação sobre as potencialidades do aluno é importante para o contexto do APD, pois oportuniza ao professor desenvolver seu trabalho focado não nas limitações causadas pelo estado de saúde, porém dando ao aluno chances para testar e demonstrar suas capacidades, até mesmo como forma de entender a realidade apresentada, possibilitando-lhe um contexto de inserção social. (SALLA, 2017, p. 56)

Segundo a autora, o aluno enfermo deve ser estimulado para a formação de conceitos, uma educação voltada a pensamento lógico e a formação e a mediação destes conceitos. No ambiente APD faz-se necessário uma relação dialógica com o aluno, conhecer os seus interesses, seus saberes, enfim, gerando acesso de possibilidades para a política, a vida, a cidadania e outros temas afins.

Esta relação de ensino em espaço não formal deve favorecer uma educação para a inserção deste aluno em sociedade, além de prepara-lo para continuidade de seus estudos e condições de transformação para um ser crítico e pensante.



II ENEMI

Encontro Nacional de Educação
Matemática Inclusiva



UESB/UESC - BA

APD e o diálogo no ensino de matemática

As práticas educativas em ambientes não formais, neste caso o Atendimento Pedagógico Domiciliar, são constituídas em novas perspectivas, com importância na escuta pedagógica, com necessidade de ressignificação do ensinar e do aprender, utilizando o diálogo como ferramenta para descobrimento da história de vida desses alunos, encontrando os interesses e possíveis modificações do aprendizado, estabelecimento de um plano de intervenção em ensino flexível e personalizado.

O aluno APD no Estado do Pará necessita está ausente do ambiente escolar em tratamento médico por no mínimo mais de 90 dias, o que difere em relação a outros estados, aonde a origem dos alunos do atendimento vêm de Classes Hospitalares. Neste contexto o professor não é regente, no Pará o professor assume o aluno como regência e fica responsável por planejar os conteúdos matemáticos a serem aplicados, as atividades e avaliações.

Neste sentido que o diálogo vem representar as interações fundamentais no processo de aprendizagem matemática, segundo Alrø e Skovsmose (2010) a natureza teórica varia do conceito de diálogo e que torna necessário explicar o uso deste conceito quando se pretende relacionar diálogo e aprendizagem. Concentram-se em três aspectos do diálogo: (1) realizar uma investigação; (2) correr riscos; e (3) promover a igualdade.

Para os autores (2010) faz-se necessário abandonar a certeza e aproveitar-se da curiosidade para realizar um processo de investigação, a noção de investigação relaciona-se com pesquisa e aprendizagem em geral, com o propósito de obter conhecimento e completam em sala de aula, o professor, ao explorar as perspectivas dos alunos através do diálogo, tenta ajuda-los a expressar seu conhecimento produzido pelo processo de investigação.

Alrø e Skovsmose (2010) afirmam que dialogar é correr riscos, experimentar, sondar, quando uma sugestão encaixa-se na resolução de um problema desempenha um papel de grande relevância na investigação, ao mesmo tempo em que os alunos podem ficar



II ENEMI

Encontro Nacional de Educação
Matemática Inclusiva



UESB/UESC - BA

perdidos, o professor necessita gerar um ambiente de confiança para que não ocorra a frustração dos alunos.

E por fim que o diálogo seja baseado no princípio da igualdade, os papéis não podem ser fator primordial para influenciar para um lado ou outro, tentando uma relação igualitária e comunicação interpessoal entre professor e aluno.

Baseado nestas interações dialógicas os autores comparam a educação matemática com o processo de aprendizagem matemática, e como estas qualidades de comunicação nas aulas de matemática influenciam no resultado final.

O enfoque em um ensino de matemática baseado no diálogo fortalece o poder pessoal individual do aluno, desenvolve o empoderamento matemático, conveniente para o fortalecimento das habilidades matemáticas e de uma vida cidadã com mais capacidades críticas. O aluno desenvolve competências que utilizará para avaliar assuntos do cotidiano e nos assuntos relativos aos conteúdos matemáticos, com o aporte no processo dialógico.

Referências

ALRØ, H.; SKOVSMOSE, O. **Diálogo e Aprendizagem em Educação Matemática**. Tradução de O. Figueiredo. 2ª. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. (Coleção Tendências em Educação Matemática).

BRASIL. **Classe hospitalar e atendimento pedagógico domiciliar: estratégias e orientações**. / Secretaria de Educação Especial. – Brasília: MEC; SEESP, 2002. 35 p.

BRASIL. **Saberes e práticas da inclusão: avaliação para identificação das necessidades educacionais especiais**. [2.ed.] / coordenação geral SEESP/MEC-Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006. 92 p. (Série: Saberes e práticas da inclusão).

BRASIL. **Resolução nº 41 de outubro de 1995**. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente Hospitalizados Disponível em: <
<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/ressen/1995/resolucao-41-15-setembro-1995-479671-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acessado: 02/jan./2020.




II ENEMI
Encontro Nacional de Educação
Matemática Inclusiva



UESB/UESC - BA

COVIC, A. N. et al. **TECENDO RELAÇÕES ENTRE EDUCAÇÃO E SAÚDE** Processo de escolarização de alunos gravemente enfermos. Revista Internacional de Humanidades Médicas, Volume 6(2), 2017, p 1-9.

FONSECA, E. S.; ARAÚJO, C. C. A. C. de A.; LADEIRA, C. B. **Atendimento Escolar Hospitalar: Trajetória pela Fundamentação Científica e Legal.** Rev. Bras. Educ. Espec. vol.24 Edição Especial, Marília, 2018, p.101-116.

LORENTE, L. M. **La educación para la salud en la escuela en la adquisición de estilos de vida saludables.** Revista Internacional de Educación y Aprendizaje, Volume 1, 2013. p. 108-122

SALLA, H. **O Atendimento Pedagógico Domiciliar de Alunos que não Podem Frequentar Fisicamente a Escola: o caso do distrito federal.** 2017. 132 p. Dissertação. (Mestrado Profissional em Ensino de Ciências). Campus Henrique Santillo. Universidade Estadual de Goiás. Anápolis.

OMS. **CARTA DE OTTAWA: SOBRE PROMOÇÃO DA SAÚDE.** Disponível em: https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/carta_ottawa.pdf. Acesso: 17 de Junho de 2020.

PARÁ. **Resolução N° 001 de 05 de janeiro de 2010.** Conselho Estadual de Educação. Disponível em: http://www.cee.pa.gov.br/sites/default/files/RESOLUCAO_001_2010_REGULAMENTACAO_EDUC_BAS-1.pdf. Acesso 03/jan./2020.

PARÁ. **Resolução N° 001 de 25 de maio de 2017.** Conselho Estadual de Educação. Disponível em: <http://www.cee.pa.gov.br/sites/default/files/resolu%C3%A7%C3%A3o%203042017-CEE.pdf>. Acesso 03/jan./2020